



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo nº: **0006993-20.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Lesão Corporal**
 Documento de Origem: **TC, OF, BO - 178/2017 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos, 1330/2017 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos, 588/2017 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Autor do Fato: **JOANA VITAR ALVES**
 Vítima: **FLAVIA MARTINEZ STEFANE**

Aos 23 de agosto de 2017, às 14:06h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autora do fato JOANA VITAR ALVES. Presente a Drª **Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira – Promotora de Justiça**. Apregoado o processo verificou-se o comparecimento da autora dos fatos, acompanhada de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Presente a vítima, acompanhada de defensor, o Drº **Marco Aurélio Penteado – OAB 122694/SP**. **Inexistiu composição civil**. Pela vítima foi dito que **DESEJAVA REPRESENTAR** contra a autora do fato. A seguir, tratando-se de ação penal pública condicionada pelo **Dr(a). Promotor(a) de Justiça**, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena nos seguintes termos: “MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(s) suposto(s) autor(es) do fato a pena de prestação pecuniária no valor de um salário mínimo em favor da vítima. **Pela autora da infração e defensor foi dito** que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. **Pelo MM. Juiz foi dito:** “Vistos. O Ministério Público propôs a aplicação imediata da prestação pecuniária no valor de um salário mínimo em favor da vítima. Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico a autora do fato a pena prestação pecuniária no valor de R\$937,00 (novecentos e trinta e sete reais), **mediante depósito em conta judicial em favor da vítima**. A prestação deverá ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias”. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Promotor(a):

Defensor Público:

Autora:

Vítima:

Defensor da vítima: